

Copagaz  
Distribuidora de  
Gás S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração de resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
Copagaz Distribuidora de Gás S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copagaz Distribuidora de Gás S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Pereira Gonçalves  
Contador CRC 1SP220026/O-3



Alexandre Fernandes do Nascimento  
Contador CRC 1SP237177/O-3

## Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	53.313	45.860	Fornecedores	14	31.586	30.842
Contas a receber de clientes	7	113.876	110.593	Empréstimos e financiamentos	16	6.583	12.337
Estoques	8	25.480	25.344	Obrigações tributárias e sociais	17	12.202	10.821
Ativo fiscal corrente	9	10.596	11.721	Parcelamentos tributários	18	-	402
Outros créditos	11	4.208	12.803	Provisões para férias e encargos		20.760	20.643
Despesas antecipadas		<u>2.979</u>	<u>1.688</u>	Dividendos obrigatórios	21	15.058	345
				Outras contas a pagar	15	<u>14.737</u>	<u>15.686</u>
<b>Total ativo circulante</b>		<b>210.452</b>	<b>208.009</b>	<b>Total passivo circulante</b>		<b>100.926</b>	<b>91.076</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Ativo fiscal corrente	9	36.637	26.027	Partes relacionadas	10	37.865	37.467
Partes relacionadas	10	5.025	3.754	Empréstimos e financiamentos	16	4.797	9.648
Outros créditos	11	<u>154</u>	<u>1.265</u>	Obrigações tributárias e sociais	17	1.903	1.857
		<b>41.816</b>	<b>31.046</b>	Provisão para contingências	19	1.944	2.327
				Debêntures	20	17.876	16.801
Investimento		14	14	Outras contas a pagar	15	<u>12.307</u>	<u>10.111</u>
Imobilizado	12	246.494	231.456	<b>Total passivo não circulante</b>		<b>76.692</b>	<b>78.211</b>
Intangível	13	<u>18.766</u>	<u>22.503</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	21		
		<b>265.274</b>	<b>253.973</b>	Capital social		180.000	180.000
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>307.090</b>	<b>285.019</b>	Reserva de capital		13.382	10.321
				Reserva de lucros		<u>146.542</u>	<u>133.420</u>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>339.924</b>	<b>323.741</b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>517.542</u></b>	<b><u>493.028</u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>517.542</u></b>	<b><u>493.028</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

## Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	22	2.500.573	2.101.725
Custo dos produtos vendidos		<u>(2.005.021)</u>	<u>(1.609.957)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>495.552</b>	<b>491.768</b>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais	23	(384.400)	(372.962)
Despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa		(462)	(3.241)
Despesas tributárias		(2.625)	(2.886)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>10.408</u>	<u>170</u>
		<u>(377.079)</u>	<u>(378.919)</u>
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>118.473</b>	<b>112.849</b>
Receitas financeiras	25	12.550	12.134
Despesas financeiras	25	<u>(36.959)</u>	<u>(39.728)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(24.409)</u>	<u>(27.594)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>94.064</b>	<b>85.255</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	26	<u>(32.846)</u>	<u>(32.334)</u>
<b>Lucro do exercício</b>		<b><u>61.218</u></b>	<b><u>52.921</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

## Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>61.218</u>	<u>52.921</u>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u><u>61.218</u></u></b>	<b><u><u>52.921</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>		<b>180.000</b>	<b>7.676</b>	<b>100.972</b>	-	<b>288.648</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	52.921	52.921
<b>Destinação:</b>						
Constituição da reserva legal		-	2.645	-	(2.645)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(17.828)	-	(17.828)
Retenção de lucros		-	-	50.276	(50.276)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>180.000</b>	<b>10.321</b>	<b>133.420</b>	-	<b>323.741</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.218	61.218
<b>Destinação:</b>						
Constituição da reserva legal	21	-	3.061	-	(3.061)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	(30.496)	(14.539)	(45.035)
Retenção de lucros		-	-	43.618	(43.618)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>180.000</b>	<b>13.382</b>	<b>146.542</b>	-	<b>339.924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Copagaz Distribuidora de Gás S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	61.218	52.921
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	43.450	38.499
Provisão de imposto de renda e contribuição social correntes (Reversão) de contingências	32.846	32.334
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	(383)	(304)
Provisão de juros sobre debêntures	4.151	9.691
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	1.075	1.517
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.146	2.294
	<u>461</u>	<u>3.241</u>
	143.964	140.193
<b>Variações em:</b>		
Contas a receber de clientes	(3.744)	(28.682)
Estoques	(136)	(12.457)
Despesas antecipadas	(1.291)	28
Ativo fiscal corrente	(9.485)	5.350
Outros créditos	9.706	(7.387)
	<u>9.706</u>	<u>(7.387)</u>
	(4.950)	(43.148)
<b>Variações em:</b>		
Fornecedores	(5.512)	3.545
Obrigações trabalhista e tributárias	102	2.477
Demais contas a pagar	1.364	19.572
	<u>1.364</u>	<u>19.572</u>
	(4.046)	25.594
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>134.968</b>	<b>122.639</b>
Juros pagos	(1.289)	(1.905)
Impostos pagos sobre o lucro	(31.923)	(36.025)
	<u>(31.923)</u>	<u>(36.025)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>101.756</b>	<b>84.709</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(51.075)	(64.808)
Liberação de contrato de mútuo	(1.271)	(2.514)
Dividendos recebidos	-	413
Aquisição de ativo intangível	(1.571)	(16.641)
	<u>(1.571)</u>	<u>(16.641)</u>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(53.917)</b>	<b>(83.550)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	1.662	10.774
Captação de contrato de mútuo	398	7.422
Pagamento de empréstimo	(12.124)	(13.132)
Pagamento de dividendos	(30.322)	(18.010)
	<u>(30.322)</u>	<u>(18.010)</u>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(40.386)</b>	<b>(12.946)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.453</b>	<b>(11.787)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	45.860	57.647
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>53.313</u>	<u>45.860</u>
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.453</b>	<b>(11.787)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Copagaz Distribuidora de Gás S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Guararapes, 1855, 12º andar, Brooklin Paulista Novo, São Paulo, tem por objeto social a exploração do comércio de gás liquefeito de petróleo, que abrange o engarrafamento e a distribuição, bem como a comercialização de derivados do petróleo, a fabricação de botijões, a importação e a exportação em geral e a participação em outras sociedades de qualquer natureza no país ou no exterior como sócia, acionista ou cotista.

### **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de maio de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5.a.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 12 e 13** - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e a amortização.

### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - reconhecimento e mensuração da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.
- **Nota Explicativa nº 8** - reconhecimento e mensuração da perda por obsolescência dos estoques.
- **Nota Explicativa nº 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota Explicativa nº 26** - reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

## **5 Políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Mudanças de políticas contábeis
- (b) Receita de contratos de clientes
- (c) Receitas e despesas financeiras
- (d) Custos dos produtos vendidos
- (e) Imposto de renda e contribuição social
- (f) Estoques
- (g) Imobilizado
- (h) Intangível
- (i) Instrumentos financeiros
- (j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- (k) Provisões
- (l) Distribuição de dividendos
- (m) Benefícios a empregados
- (n) Mensuração a valor justo
- (o) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

**a. Mudanças de políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

- Apresentação das receitas por desempenho; e
- Um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

**(i) Adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes**

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento, julgamento este que não sofreu mudanças com a transição para nova norma, entretanto a divulgação da receita sofreu alterações dada a necessidade de abertura de cada obrigação de desempenho, conforme requerido. A adoção do CPC 47 não gerou impactos no balanço patrimonial, demonstração de resultado e fluxo de caixa.

Tendo em vista que os impactos da adoção inicial não alteraram a mensuração e reconhecimento das receitas de contratos em relação a norma anterior, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, bem como não há efeitos cumulativos a serem aplicados em 1º de janeiro de 2018 devido à adoção inicial.

**(ii) Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 substituiu o modelo de 'perdas incorridas' do CPC 38 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para adequação do valor recuperável, conforme segue:

<b>Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 de acordo com o CPC 38</b>	<u><b>(4.616)</b></u>
<i>Adição para adequação da adoção ao CPC 47 em 1º de janeiro de 2018:</i>	
Contas a receber de clientes e outras contas a receber em 31 de dezembro de 2017	<u>(212)</u>
<b>Provisão para perda em 1º de janeiro de 2018 de acordo com o CPC 48</b>	<u><b>(4.828)</b></u>

A Companhia optou em reconhecer os efeitos dos ajustes de adoção diretamente no resultado do exercício de 2018 tendo em vista o efeito imaterial de tal adequação.

**b. Transição**

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). As diferenças nos valores contábeis dos ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas no resultado do exercício de 2018. Dessa forma, as informações correspondentes apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38.

***Reconhecimento e mensuração***

A Companhia realizou a avaliação da determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido, com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial para adequação do reconhecimento e mensuração. Segue abaixo o quadro demonstrando a mudança das categoria dos ativos financeiros e passivos financeiros com a adoção do CPC 48:

			<b>2018</b>	<b>2017</b>
	<b>Classificação original de acordo com o CPC 38</b>	<b>Nova classificação de acordo com o CPC 48</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	53.313	45.860
Contas a receber a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	113.876	110.593
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado	4.362	14.068
<b>Total</b>			<b>171.551</b>	<b>170.521</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Fornecedores	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	31.586	30.842
Outras contas a pagar	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	27.044	25.797
Empréstimos e financiamentos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	11.380	21.985

			<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<b>Classificação original de acordo com o CPC 38</b>	<b>Nova classificação de acordo com o CPC 48</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contábil</b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
	Passivos financeiros ao custo amortizado			
Debêntures		Custo Amortizado	17.876	16.801
Dividendos obrigatórios	Passivos financeiros ao custo amortizado	Custo Amortizado	15.058	345
			<u>          </u>	<u>          </u>
<b>Total</b>			<u><b>102.944</b></u>	<u><b>95.770</b></u>

***Redução do valor recuperável de Ativos financeiros***

A Companhia recalculou a base de perda incorrida definindo um estudo dos últimos 2 anos da base de contas a receber e faturamento, avaliando a posição de cada cliente e o avanço da perda de créditos de liquidação duvidosa.

O histórico de inadimplência de cada cliente foi avaliado conforme o avanço da posição a receber frente ao faturamento. Para definição da taxa de perda foi dividido o montante em aberto pelo faturamento total dos últimos 2 anos.

Desta forma, após os estudos foi definido como política de perda incorrida a taxa de inadimplência histórica de cada um dos clientes da Companhia.

**c. Receita de contratos de clientes**

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

A seguir estão apresentados os tipos de receitas de contrato com clientes da Companhia:

- Receita de produto

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são por meio de comercialização do gás adquirido de terceiros.

Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de um relógio instalado nos vasilhames instalados em cada cliente, gerando um relatório de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores da Companhia, a receita é reconhecida com base nos vasilhames de GLP entregues ao revendedor.

**d. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem essencialmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros devidos por clientes provenientes de pagamento em atraso. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são essencialmente oriundas de empréstimos e financiamentos.

**e. Custos dos produtos vendidos**

Os custos dos produtos vendidos são compostos por matéria-prima, insumos e despesas gerais de fabricação.

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para imposto de renda — acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 — e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**(i) Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Imposto diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

**g. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. A provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário.

## **h. Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### **(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão descritas na Nota Explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **i. Intangível**

O intangível é composto por licença de uso de *software* e por ágio na aquisição de carteira de clientes que possuem vida útil definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada pelo método linear em cinco anos.



**j. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*  
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
  - ativos financeiros mantidos para negociação;
  - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
  - ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
<b>Ativos financeiros mantidos para venda</b>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge***

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em suas demonstrações financeiras.

**(vi) *Capital social***

*Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

**k. *Redução ao valor recuperável (impairment)***

**(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

*Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018*

**Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018***

#### *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



**l. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

**m. Distribuição de dividendos**

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

**n. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**o. Mensuração do valor justo**

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da companhia no período de aplicação inicial.

**(i) CPC 06 (R2) -Arrendamentos**

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações, maquinários e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará porque a companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Tendo em vista que as análises e atividades que envolvem julgamento relevante ainda estão em andamento, tais como, implementação do sistema, avaliação de contratos, o quadro a ser usado para determinar o prazo razoavelmente certo de contratação, e a metodologia para o cálculo das taxas de descontos, a Companhia considera que não é razoavelmente estimável o possível impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da data de adoção inicial (1º de janeiro de 2019) na data destas demonstrações financeiras.

**a. Transição**

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

### **Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2));
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 339);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; e
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

## **6 Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e bancos	2.096	2.736
Aplicações financeiras (a)	<u>51.217</u>	<u>43.124</u>
<b>Total</b>	<b><u>53.313</u></b>	<b><u>45.860</u></b>

- (a) As aplicações financeiras são representadas, principalmente, por valores investidos em títulos públicos - Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) - emitidas pelo Tesouro Nacional e em títulos privados - Letras Financeiras (LFs), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) - emitidos por instituições financeiras. A rentabilidade média destes investimentos em 2018 equivale a 108,25% do CDI (105,48% em 2017).

## **7 Contas a receber de clientes**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contas a receber	<u>118.953</u>	<u>115.209</u>
(-) Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(5.077)</u>	<u>(4.616)</u>
<b>Total</b>	<b><u>113.876</u></b>	<b><u>110.593</u></b>

Em 2018, a Companhia, com base na análise individual de cada cliente, incluiu na provisão para créditos de liquidação duvidosa 80% do valor dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do valor dos títulos vencidos há mais de 90 dias que estão sendo acompanhados pelo departamento Jurídico.

A provisão para perdas com Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes.

<b>Posição de títulos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Vencidos há mais de 360 dias	1.243	1.670
Vencidos há mais de 180 dias	2.846	1.922
Vencidos há mais de 90 dias	2.240	1.361
Vencidos há mais de 60 dias	1.583	456
Vencidos há mais de 30 dias	1.602	1.458
Vencidos até 30 dias	13.106	16.829
A vencer	<u>96.334</u>	<u>91.513</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	<u>(5.077)</u>	<u>(4.616)</u>
<b>Total</b>	<b><u>113.876</u></b>	<b><u>110.593</u></b>

A movimentação da provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><b>(4.616)</b></u>
Constituição de provisão títulos vencidos	(4.865)
Constituição de provisão - títulos vincendos	(212)
Baixa da PECLD para perdas	4.037
Reversão da PECLD	<u>579</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u><b>(5.077)</b></u>

## 8 Estoques

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Matéria-prima	21.857	21.452
Material secundário	1.755	1.375
Produto acabado	1.026	2.033
Material de consumo	<u>842</u>	<u>484</u>
<b>Total</b>	<b><u>25.480</u></b>	<b><u>25.344</u></b>

## 9 Ativo fiscal corrente

Descrição	2018	2017
ICMS a recuperar	36.666	30.259
IRPJ a recuperar	1.549	1.407
CSLL a recuperar	194	186
Crédito PIS não cumulativo	1.740	424
Crédito COFINS não cumulativo	7.043	5.392
INSS a recuperar	39	39
IOF a recuperar	2	41
<b>Total</b>	<b>47.233</b>	<b>37.748</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.596</b>	<b>11.721</b>
<b>Não circulante</b>	<b>36.637</b>	<b>26.027</b>

A segregação dos tributos a recuperar entre circulante e não circulante é como segue:

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS a recuperar (a)	29	36.478	4.232	25.868
Crédito PIS não cumulativo (b)	1.740	-	424	-
Crédito COFINS não cumulativo (b)	7.043	-	5.392	-
Outros	1.784	159	1.673	159
<b>Total</b>	<b>10.596</b>	<b>36.637</b>	<b>11.721</b>	<b>26.027</b>

- (a) Os créditos não possuem data de prescrição. No montante de curto prazo, contempla o Ressarcimentos "ICMS -ST" das operações interestaduais e os créditos acumulados no Estado de São Paulo. Os valores de ressarcimento de ICMS referem-se a crédito oriundo do sistema de substituição tributária gerado na aquisição do Gás Liquefeito de Petróleo (G.L.P.). A Companhia está tomando as medidas necessárias para recuperar os créditos no prazo máximo de cinco anos.
- (b) Os créditos não possuem data de prescrição e a expectativa de realização de curto prazo foi constituída com base na projeção do fluxo de caixa para o exercício de 2019.

A Companhia, apoiada na opinião de assessores legais e fundamentada em parecer técnico emitido por especialista, registrou créditos referentes à recuperação extemporânea de PIS e COFINS (não cumulativo) incidentes sobre os insumos e algumas despesas empregadas em seu processo produtivo, levantados desde a mudança de sistemática em setembro de 2004.

O montante apurado está sendo utilizado para o pagamento das próprias contribuições referentes a PIS e a COFINS, bem como outros tributos federais, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	PIS	COFINS
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>2.168</b>	<b>8.711</b>
Crédito apurado	2.253	10.160
Compensação	(3.997)	(13.479)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>424</b>	<b>5.392</b>
Crédito apurado	2.590	11.802
Compensação	(1.274)	(10.151)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.740</b>	<b>7.043</b>

## 10 Partes relacionadas

<b>Ativo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Pessoas jurídicas</b>		
MS Adm. e Participações S.A.	243	34
Outras pessoas jurídicas	25	16
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	268	50
<b>Pessoas físicas</b>		
Livia Suarez Zahran	267	259
Jeannette E. Zahran	-	356
Antonio C.M. Turqurto	50	-
Eduardo E.Zahran Filho	188	484
Ueze E. Zahran Sobrinho	295	29
André L. C. Zahran	336	611
Guilherme L.C. Zahran	336	611
Andréa L.C. Zahran	142	-
Patricia L.C. Zahran	142	-
Leonardo C Zahran	3.001	1.354
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	4.757	3.704
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>5.025</b>	<b>3.754</b>

As operações com pessoas jurídicas e físicas referem-se a contratos de mútuo, sem incidência de juros e com vencimento indeterminado.

<b>Passivo</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Pessoas jurídicas</b>		
Zahran Administrações e Participações Ltda.	344	332
	<hr/>	<hr/>
Subtotal	344	332
<b>Pessoas físicas</b>		
Lucila P. Zahran (a)	17.935	17.159
Simone L. P. Zahran (a)	9.119	8.592
Ueze Elias Zahran - Espólio (b)	10.467	11.384
Subtotal	37.521	37.135
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>37.865</b>	<b>37.467</b>

- (a) As operações com pessoas físicas referem-se a contratos de empréstimos, com incidência de juros de 133% do CDI ao mês e vencimento em dezembro de 2021.
- (b) As operações com pessoas físicas referem-se a contratos de empréstimos, com incidência de juros SELIC e vencimento indeterminado.

A remuneração dos administradores refere-se ao pró-labore, no montante de R\$ 34 em 2018 (R\$ 56 em 2017), e está contabilizada na rubrica “Despesas gerais” na demonstração do resultado e liquidada no próprio exercício.

## 11 Outros créditos

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a terceiros	2.074	7.357
Imóveis destinados à venda	-	1.092
Devedores diversos	1.588	3.628
Despesas antecipadas	154	172
Adiantamentos a funcionários	546	1.819
<b>Total</b>	<b>4.362</b>	<b>14.068</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.208</b>	<b>12.803</b>
<b>Não circulante</b>	<b>154</b>	<b>1.265</b>

## 12 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	22.954	-	22.954	21.920
Imóveis	4%	72.395	(36.096)	36.299	38.433
Máquinas, motores e tanques	10% a 20%	142.291	(74.344)	67.947	61.463
Vasilhames	20%	114.449	(54.720)	59.729	59.241
Ferramentas, moldes e modelos	10%	302	(258)	44	49
Móveis, utensílios e instalações	10%	6.558	(5.117)	1.441	1.441
Veículos	10 a 20%	57.895	(38.585)	19.310	21.855
Computadores e periféricos	20%	12.946	(9.776)	3.170	3.901
Instalações industriais	10%	16.651	(7.554)	9.097	9.927
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	6.363	(5.685)	678	824
Imobilizado em andamento	-	25.825	-	25.825	12.402
<b>Total</b>		<b>478.629</b>	<b>(232.135)</b>	<b>246.494</b>	<b>231.456</b>

### Movimentação do imobilizado em 2018

Descrição	2017	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	2018
Terrenos	21.920	1.034	-	-	-	22.954
Imóveis	38.433	-	(2.133)	-	-	36.299
Máquinas, motores e tanques	61.463	12.142	(5.657)	-	(1)	67.947
Vasilhames	59.241	21.967	(19.401)	(18)	(2.060)	59.729
Ferramentas, moldes e modelos	49	5	(12)	-	-	44
Móveis, utensílios e instalações	1.441	339	(325)	-	(14)	1.441
Veículos	21.855	6.565	(8.107)	-	(1.003)	19.310
Computadores e periféricos	3.901	584	(1.305)	18	(27)	3.170
Instalações industriais	9.927	1.220	(1.004)	-	(1.046)	9.097
Benfeitorias em bens de terceiros	824	53	(200)	-	-	678
Imobilizado em andamento	12.402	13.423	-	-	-	25.825
<b>Total</b>	<b>231.456</b>	<b>57.332</b>	<b>(38.144)</b>	<b>-</b>	<b>(4.151)</b>	<b>246.494</b>

### Movimentação do imobilizado em 2017

Descrição	2016	Adições	Depreciação	Transferência	Baixas	2017
Terrenos	21.920	-	-	-	-	21.920
Imóveis	40.514	70	(2.151)	-	-	38.433
Máquinas, motores e tanques	57.474	9.417	(5.366)	-	(62)	61.463
Vasilhames	48.851	34.466	(16.891)	-	(7.185)	59.241
Ferramentas, moldes e modelos	51	7	(9)	-	-	49
Móveis, utensílios e instalações	1.670	145	(373)	-	(1)	1.441
Veículos	20.460	11.978	(8.167)	-	(2.416)	21.855
Computadores e periféricos	3.412	1.700	(1.211)	-	-	3.901
Instalações industriais	9.752	1.198	(996)	-	(27)	9.927
Benfeitorias em bens de terceiros	1.048	-	(224)	-	-	824
Imobilizado em andamento	6.575	5.827	-	-	-	12.402
<b>Total</b>	<b>211.727</b>	<b>64.808</b>	<b>(35.388)</b>	<b>-</b>	<b>(9.691)</b>	<b>231.456</b>

## 13 Intangível

		2018			2017
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Licenças de uso	20%	29.941	(11.289)	18.652	22.329
Bens intangíveis	20 %	4.775	(4.661)	114	174
<b>Total</b>		<b>34.716</b>	<b>(15.950)</b>	<b>18.766</b>	<b>22.503</b>

### Movimentação do intangível em 2018

Descrição	Taxa de amortização	2017	Adições	Amortização	2018
Licenças de uso	20 %	22.329	1.571	(5.248)	18.652
Bens intangíveis	20 %	174	-	(60)	114
<b>Total</b>		<b>22.503</b>	<b>1.571</b>	<b>(5.308)</b>	<b>18.766</b>

### Movimentação do intangível em 2017

Descrição	Taxa de amortização	2016	Adições	Amortização	2017
Licenças de uso	20 %	8.748	16.641	(3.060)	22.329
Bens intangíveis	20 %	225	-	(51)	174
<b>Total</b>		<b>8.973</b>	<b>16.641</b>	<b>(3.111)</b>	<b>22.503</b>

A adição em licenças de uso ocorrida em 2017 no valor de R\$ 16.641 refere-se aos custos de aquisição do software de gestão empresarial (SAP). Estes custos serão amortizados no período de cinco anos, com início em junho de 2017.



## 14 Fornecedores

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Aquisição de matéria-prima	5.693	6.922
Fretes e transportes	8.599	7.629
Aquisição de bens do ativo imobilizado	6.267	5.262
Despesas com clientes	1.921	1.734
Despesas com benefícios a empregados	2.457	1.234
Serviços prestados por terceiros	1.196	2.219
Manutenção e reparos	2.013	2.639
Demais despesas	3.440	3.203
<b>Total</b>	<b><u>31.586</u></b>	<b><u>30.842</u></b>

## 15 Outras contas a pagar

Descrição	<b>2018</b>	<b>2017</b>
PLR - Participação nos lucros (a)	3.548	2.638
Prêmio de seguros a vencer	75	73
Indenização judicial	66	3
Adiantamento de clientes	2.031	3.013
T-Systems do Brasil S.A (b)	11.085	9.717
TCC - CADE (c)	9.944	9.815
Outras contas	295	538
<b>Total</b>	<b><u>27.044</u></b>	<b><u>25.797</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>14.737</b>	<b>15.686</b>
<b>Não circulante</b>	<b>12.307</b>	<b>10.111</b>

- (a) A PLR foi definida em outubro de 2018, por meio de convenção coletiva de trabalho, no valor equivalente a 190% do salário vigente em setembro de 2018 (190% em 2017). O pagamento foi acordado em duas parcelas: a primeira no valor equivalente a 150%, paga em 2018; e a segunda no valor equivalente a 40%, a ser paga em abril de 2019.
- (b) Refere-se a contratação da empresa T-Systems para implantação integral do projeto da solução SAP na Copagaz.
- (c) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67 e a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE em novembro de 2018 para arquivamento do processo nº 08012.006043/2008-37.

## 16 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Capital de giro	de 110,5% a 110,9% do CDI e 0,753% a 0,88% a.m.	2.176	3.733
FINAME	de 2,5% a.a. a 8,70 % a.a.	8.279	14.326
Leasing Financeiro	de 0,30% a.m. a 1,22% a.m.	925	3.926
<b>Total</b>		<b><u>11.380</u></b>	<b><u>21.985</u></b>
<b>Circulante</b>		<b>6.583</b>	<b>12.337</b>
<b>Não circulante</b>		<b>4.797</b>	<b>9.648</b>

A movimentação dos empréstimos no exercício foi como segue:

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo anterior	21.985	23.953
Adições - novos contratos	1.662	10.774
Pagamento do principal	(12.124)	(13.132)
Pagamento de juros	(1.289)	(1.905)
Provisão de juros	1.146	2.295
<b>Total</b>	<b><u>11.380</u></b>	<b><u>21.985</u></b>

Foram oferecidos como garantias dos empréstimos aval dos acionistas e direitos de créditos.  
 Não há cláusulas de *covenants*.

Os vencimentos de longo prazo são conforme seguem:

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>
2020	3.938
2021	<u>859</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.797</u></b>

  

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>
2019	7.211
2020	<u>2.437</u>
<b>Total</b>	<b><u>9.648</u></b>

## 17 Obrigações tributárias e sociais

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	4.550	4.153
Programa de Integração Social (PIS)	498	498
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	713	-
Contribuição Social Sobre Lucro (CSSL)	443	236
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	4.741	4.616
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.777	1.765
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.038	1.032
Outros	<u>345</u>	<u>378</u>
<b>Total</b>	<b><u>14.105</u></b>	<b><u>12.678</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>12.202</b>	<b>10.821</b>
<b>Não circulante (a)</b>	<b>1.903</b>	<b>1.857</b>

- (a) A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da natureza das modificações de alíquotas e o alargamento da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 498 (R\$ 497 em 2017). Também está discutindo a majoração do INSS referente ao mês de janeiro de 2010, introduzida pelo decreto 7126 de 2010, que alterou as alíquotas do FAP (fator acidentário de prevenção) cujo valor é de R\$ 1.405 (R\$ 1.360 em 2017). Em ambos os casos, a Companhia obteve liminar para não realizar o recolhimento. O montante total atualizado monetariamente dos valores que estão sendo discutidos é de R\$ 1.903 (R\$ 1.857 em 2017).

## 18 Parcelamentos tributários

Descrição	2018	2017
<b>Parcelamento Lei nº 11.941/09</b>		
IRPJ	2.460	2.460
CSLL	875	875
PIS	784	784
Atualização de TJLP	408	361
Anistia das multas e juros (90% e 40%)	(1.160)	(1.160)
Utilização do prejuízo fiscal	(1.403)	(1.403)
Amortizações	(1.964)	(1.515)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>402</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>402</b>

A movimentação dos parcelamentos tributários no exercício ocorreu como segue:

Descrição	
<b>Parcelamento Lei nº 11.941/09</b>	
IRPJ	2.460
CSLL	875
PIS	784
Anistia das multas e juros (90% e 40%)	(1.160)
Atualização de TJLP	361
Utilização do prejuízo fiscal	(1.403)
Amortizações	(1.515)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>402</b>
Atualização de TJLP	47
Amortizações	(449)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>-</b>

## 19 Provisões para contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 1.944 (R\$ 2.327 em 2017), conforme a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é conforme segue:

Descrição	2018	2017
Provisões tributárias	-	255
Provisões trabalhistas	2.338	2.338
Provisões cíveis	3.092	3.092
(-) Depósitos judiciais	(3.486)	(3.358)
<b>Total</b>	<b>1.944</b>	<b>2.327</b>

### Movimentação de provisões e depósitos judiciais

Descrição	Provisões	Depósitos judiciais	Total
<b>Saldo em 2016</b>	<b>5.676</b>	<b>(3.045)</b>	<b>2.631</b>
Adições	9	(365)	(356)
Baixas	-	52	52
<b>Saldo em 2017</b>	<b>5.685</b>	<b>(3.358)</b>	<b>2.327</b>
Adições	-	(730)	(730)
Baixas	(255)	602	347
<b>Saldo em 2018</b>	<b>5.430</b>	<b>(3.486)</b>	<b>1.944</b>

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversos outros processos advindos do curso normal de suas operações. A Administração da Companhia e seus assessores legais entendem que o desfecho desses processos não terá impacto significativo em sua posição patrimonial e financeira e no resultado de suas operações.

A Companhia contratou carta de fiança no montante de R\$ 19.678 (R\$ 19.179 em 2017) para garantia de processo tributário. O custo médio ponderado dessas garantias é de 1,65% a.a. A contragarantia para a emissão dessas cartas de fiança é aval da Companhia.

Em 2018, o saldo dos processos passivos movidos contra a Companhia, cuja expectativa de perda é considerada possível, totaliza R\$ 165.013 (R\$ 97.531 em 2017).

Cível	21.483
Trabalhista	13176
Tributário (a)	<u>130.354</u>
<b>Total</b>	<b><u>210.837</u></b>

- (a) Dentre os processos de natureza tributária, a Companhia possui auto de infração cujo objeto decorre de glosa de despesas de amortização de ágio ano-calendário de 2008 para os tributos de IRPJ e CSLL. O assessor jurídico da Companhia classifica a probabilidade de perda como possível e o valor atualizado até a presente data é de R\$ 49.142 (R\$ 47.346 em 2017).

## 20 Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013, foi aprovada a emissão de até 20.000 (vinte mil) debêntures com valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, em série única, não conversíveis em ações.

As debêntures possuem vencimento indeterminado, poderão ser repactuadas mediante aprovação de, no mínimo, 51% dos debenturistas, ser resgatadas a qualquer tempo, por deliberação de Assembleia Geral dos Acionistas, e serão remuneradas mensalmente com base na taxa SELIC.

A emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures dessas emissões, por preço não superior ao seu valor nominal unitário, acrescido de remuneração devida e deduzido da amortização efetuada. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas ou mantidas em Tesouraria:

<b>Emissão Série</b>	<b>Data</b>	<b>Quantidades emitidas (em milhares)</b>	<b>Valor nominal</b>
Única	28 de fevereiro de 2014	7.000	7.000
Única	15 de maio de 2015	1.000	1.000
Única	26 de junho de 2015	2.600	2.600
Única	30 de junho de 2015	800	800
Juros incorridos	-	-	5.401
<b>Saldo em 2017</b>		<b>11.400</b>	<b>16.801</b>
Juros incorridos	-		1.076
<b>Saldo em 2018</b>			<b>17.876</b>

## 21 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), dividido em 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

### Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício ajustado	61.218	52.921
Constituição da reserva legal	<u>(3.061)</u>	<u>(2.645)</u>
<b>Lucros disponíveis para distribuição</b>	<b><u>58.157</u></b>	<b><u>50.276</u></b>

### Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos arts. 196 e 197, da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas.

Em 20 de Fevereiro de 2018, a Companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 7.713 e em 12 de Julho de 2018, a Companhia realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 22.783, com a anuência de todos os acionistas, referentes aos lucros acumulados dos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2018, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 14.539 que correspondem a 25% do lucro líquido depois de constituída a reserva legal, conforme previsto no estatuto social da Companhia.

## 22 Receita operacional líquida

	2018			2017		
	Receita de produtos	Receita de serviços	Receita líquida	Receita de produtos	Receita de serviços	Receita líquida
Receita bruta	2.513.866	5.940	2.519.806	2.112.983	6.261	2.119.244
Devoluções	(18.214)	-	(18.214)	(16.617)	-	(16.617)
Impostos incidentes:						
ICMS	(156)	-	(156)	(10)	-	(10)
PIS	(16)	(98)	(114)	(12)	(100)	(112)
COFINS	(74)	(451)	(525)	(55)	(461)	(516)
ISS	-	(223)	(223)	-	(263)	(263)
INSS	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
<b>Total</b>	<b>2.495.406</b>	<b>5.167</b>	<b>2.500.573</b>	<b>2.096.289</b>	<b>5.436</b>	<b>2.101.725</b>

## 23 Despesas gerais

Descrição	2018	2017
Despesas com pessoal	(185.144)	(173.533)
Despesas de depreciação	(21.918)	(20.063)
Despesas com serviços tomados	(35.475)	(38.779)
Despesas com frete e frota própria	(71.526)	(75.917)
Despesas com clientes	(28.513)	(27.625)
Despesas com comunicação	(6.353)	(5.553)
Despesas com aluguéis e manutenção predial	(11.863)	(12.691)
Demais despesas	(23.609)	(18.801)
<b>Total</b>	<b>(384.400)</b>	<b>(372.962)</b>

## 24 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Descrição	2018	2017
Ganho processo judicial	923	1.383
Receita quebra de contrato de cliente	1.510	172
Estorno de créditos federais	-	23
Convênio cooperação técnica	2.000	-
Dividendos recebidos	212	452
Estorno saldo credor de ICMS	(26)	(130)
Resultado na venda de imobilizado (a)	8.089	8.235
TCC - CADE (b)	(2.300)	(9.965)
<b>Total</b>	<b>10.408</b>	<b>170</b>

- (a) O resultado na venda de imobilizado foi formado, principalmente, pela venda de vasilhames com capacidade de 13Kg (P13) à nossa rede de representantes cujo resultado em 2018 foi de R\$ 7.588 (R\$ 6.496 em 2017) e pela venda de caminhões para renovação da frota que resultou R\$ 2.233 em 2018 (R\$ 1.586 em 2017).

- (b) Refere-se a contribuição pecuniária prevista no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta celebrado com o CADE, em novembro de 2017 para arquivamento do processo nº 08700.003067/2009-67 e em agosto de 2018 para arquivamento do processo nº 08012.006043/2008-37.

## 25 Despesas (receitas) financeiras, líquidas

<b>Receitas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Rendimentos de aplicação financeira	3.086	5.276
Juros	7.156	6.515
Variações monetárias	74	25
Descontos obtidos	642	138
Outras receitas financeiras	<u>1.592</u>	<u>180</u>
<b>Total</b>	<b><u>12.550</u></b>	<b><u>12.134</u></b>
<b>Despesas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Juros	(7.931)	(10.183)
Variação monetária	(591)	(581)
Despesas bancárias	(4.226)	(4.320)
Descontos concedidos	(24.162)	(24.455)
Multas	<u>(49)</u>	<u>(189)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(36.959)</u></b>	<b><u>(39.728)</u></b>

## 26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos, e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro antes das provisões tributárias	94.064	85.255
(x) Aplicação das alíquotas	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Impostos pelas alíquotas fiscais	31.982	28.986
Despesas não dedutíveis	1.996	4.792
Receitas não tributáveis	(72)	(483)
Dedução incentivo fiscal	<u>(1.060)</u>	<u>(961)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</b>	<b><u>32.846</u></b>	<b><u>32.334</u></b>
Alíquota efetiva	35%	38%

## 27 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, bem como de metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### a. Instrumentos financeiros

Todas as operações com Instrumentos Financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Descrição	2018		2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis
<b>Ativos</b>				
Caixa e bancos conta movimento	-	2.096	-	2.736
Aplicações financeiras	51.217	-	43.124	-
Contas a receber de clientes	-	113.876	-	110.593
Outros créditos	-	4.208	-	12.803
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	31.586	-	30.842
Outras contas a pagar	-	14.737	-	15.686

- **Aplicações financeiras:** São definidas como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, em função do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, outros créditos e fornecedores:** São classificadas como empréstimos e recebíveis, e mensuradas pelo método do custo amortizado.



**b. Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis de clientes. Considerando a pulverização da carteira de cliente, a Administração entende que o risco de crédito está controlado e não é significativo.

Adicionalmente, o valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Valor contábil</u>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.096	2.736
Aplicações financeiras	51.217	43.124
Contas a receber de clientes	113.876	110.593
Outros créditos	<u>4.208</u>	<u>12.803</u>
<b>Total</b>	<b><u>171.397</u></b>	<b><u>169.256</u></b>

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para poder cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de até 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 a 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>Maior que 3 anos</b>
<b>Ativos financeiros não derivativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2.096	2.096	-	-	-
Aplicações financeiras	51.217	51.217	-	-	-
Contas a receber de clientes	113.876	113.876	-	-	-
Outros créditos	4.208	4.208	-	-	-
	<b>171.397</b>	<b>171.397</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Valor Contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>6 a 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>Maior que 3 anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Fornecedores	31.586	31.586	-	-	-
Outras contas a pagar	14.737	14.737	-	-	-
	<b>46.323</b>	<b>46.323</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### ***Risco cambial***

A Companhia não efetua vendas nem opera com outras moedas.

### ***Risco de taxa de juros***

A Companhia está exposta a variações nas taxas de juros, indexadas as suas aplicações financeiras. Por tratar-se de renda fixa (pós-fixada), os fundos são conservadores e com baixo risco. O único risco é o de as taxas de juros de mercado não corresponderem às expectativas ou ficarem estáveis.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

A Companhia também mantém empréstimos com partes relacionadas, os quais não considera risco, pois são contratados a taxas prefixadas.

### ***Perfil***

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo</b>		
Aplicações financeiras	51.217	43.124

*Análise de sensibilidade - Taxas de juros*

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros, a Administração adotou, para o cenário provável, as mesmas taxas utilizadas na data do balanço. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de alíquotas de 25% e 50%, respectivamente, enquanto os cenários IV e V foram estimados com desvalorizações adicionais de 25% e 50%, respectivamente, para o cenário provável.

A tabela abaixo mostra os possíveis impactos sobre os resultados para cada um dos cenários:

	Valor da exposição	CDI taxa 31/12/18	Cenários					
			I Provável	II 25%	III 50%	IV (25%)	V (50%)	
Ativos financeiros								
Depósitos bancários, juros ganhos (CDI)	51.217	6,40%	3.277	4.097	4.915	2.457	1.638	

**c. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado das vendas e do custo dos produtos vendidos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

**d. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoa, tecnologia e infraestrutura da Companhia, bem como de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

***Gestão do capital***

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para os quotistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

**e. Valor justo**

***Valor justo versus valor contábil***

Para todas as operações. A Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

	Valor contábil		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>				
Caixa e bancos	2.096	2.736	2.096	2.736
Aplicações financeiras	51.217	43.124	51.217	43.124
Contas a receber	113.876	110.593	113.876	110.593
Outros créditos	4.208	12.803	4.208	12.803
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	31.586	30.842	31.586	30.842
Outras contas a pagar	14.737	15.686	14.737	15.686

***Hierarquia do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. A Companhia possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2.

**f. Operações com instrumentos derivativos**

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

**28 Demonstração dos fluxos de caixa**

**a. Informações suplementares**

<b>Transações que não envolveram caixa:</b>	<b>2018</b>
Adições ao imobilizado	<u>6.256</u>
	<u><b>6.256</b></u>

\* \* \*

**Diretoria**

Antonio Carlos Moreira Turqueto  
Administrador

**Contadora**

Sandra Ines Ribeiro  
CRC 1SP157725-4 O